

Cidade e cidadãos: 100 anos destruindo os rios paulistanos

RICARDO TOLEDO NEDER

UM SÉCULO de destruição dos rios na área metropolitana de São Paulo enxovalha nossa civilidade, esmaga o perfil do cidadão, espezinha a consciência do morador da maior cidade da América do Sul, assim como destrói a saúde e a vida de milhares de habitantes pobres em áreas de risco e favelas. Há uma relação complexa de afinidades, causalidades e conflitos. Entretanto, igualmente ricos e pobres poluem os rios metropolitanos com *suas águas* servidas e esgotos não tratados. Mais grave é o *estado-da-arte* da política pública de saneamento, que praticamente se arrasta diante da velocidade da destruição de matas nos mananciais, do lixo nas águas, esgotos clandestinos das indústrias e comunidades nas represas metropolitanas.

Esse quadro desgosta a todos invariavelmente e também causa indignação a estrangeiros que percorrem a cidade. Questões complexas envolvem a gestão das águas na área metropolitana de São Paulo. Daí a necessidade de compreensão das possibilidades e limites de funcionamento do Comitê da Bacia do Alto Tietê – colegiado criado em 1994 para reunir representantes de entidades associativas e profissionais, técnicos e universidades, prefeituras e membros do governo estadual, para decidir sobre projetos e obras, serviços e, sobretudo, tomar decisões para encaminhar as políticas públicas que ajudem a salvar os grande rios Tietê, Pinheiros, Tamanduateí, Pirajussara, entre outros.

O Comitê foi subdividido na Cabeceira (nascente do Tietê), e no caudal enxovalhado ao longo da zona leste até Pirapora do Bom Jesus (Pinheiros-Pirapora). Tem ainda dois braços laterais em direção meridional: Cotia-Guarapiranga e o Tamanduateí-Billings (enormes massas d'água outrora de entretenimento e moradia contaminadas ao longo dos últimos 50 anos por indústrias e bairros, governos e cidadãos). O maior responsável foram as empresas do setor elétrico que não trataram das represas como patrimônio cultural e natural. O quinto subcomitê é o das nascentes da Cantareira, ao norte, cujo adensamento urbano não deixa dúvidas dos perigos de destruição de nascentes, e dos canais que transportam águas de longe, da bacia do Piracicaba para abastecer São Paulo.

Desde 1996 o Comitê da Bacia do Alto Tietê atrai os representantes da sociedade civil (menos da econômica, que resiste em participar do comitê) com o intuito de deliberar com prefeituras e Estado sobre as coordenadas necessárias para o acompanhamento das decisões que possam salvar os rios da Grande São Paulo.



O vai e vem de pedestres no centro da capital paulista (praça Ramos de Azevedo)

Esse tipo de colegiado é fruto da democracia juvenil que temos. Não é o melhor arranjo ainda mas poderá vir a sê-lo em futuro próximo. O poder de informação e de intervenção dos atores econômicos e dos técnicos governamentais é muito maior que os da sociedade civil (moradores-consumidores e associações civis não-econômicas).

É dessa desigualdade que nasce o problema da capacidade governativa do comitê para alterar políticas de governos locais (planos urbanos e zoneamento que desrespeitam as microbacias e aterram curso d'águas, ausência de planos de moradia populares) e dos governos estadual e federal (traçados de grandes obras rodoviárias que atropelam os mananciais aterram curso d'água e matam os rios).

No início dos anos de 1990, a nova política estadual de recursos hídricos surgiu diante da pressão social e política que levou à criação dos comitês de bacia. Isso rompeu a tradição no setor, controlado pelos interesses do setor elétrico e do capital industrial. Estes encaravam o aproveitamento energético dos recursos hídricos no Brasil, especialmente na região metropolitana de São Paulo e em particular no sistema Guarapiranga/Billings/Cubatão na Bacia do AltoTietê, como uma questão de *economia de fronteira, à espera de uma exploração sem limites*. Com isso, todos os demais aspectos que não diziam respeito à utilização abundante do recursos para gerar eletricidade eram desconhecidos ou alijados, sob o pressuposto de que podiam ser atendidos com relativa facilidade. Abastecimento de água potável, controle e preservação da qualidade dos

mananciais, tratamento de águas residuárias e das inundações, além de políticas de saneamento ambiental e sanitário para indústrias e prefeituras passaram por soluções técnicas que tornaram essas dimensões subordinadas à conservação e ampliação do complexo hidro-energético.

Cem anos de desperdício. Cem anos de políticas de águas no Estado que os comitês de bacia deverão enfrentar. Daí a importância da pesquisa nas Ciências Sociais e Humanas, pois é muito árdua essa missão.

Monica Zarattini/Agência Estado



A ocupação desordenada se espalha pela região da Billings e resulta em sérios problemas

Numa avaliação político-sociológica e institucional há pelo menos três dimensões-chave que envolvem a preparação dos representantes do Comitê para aumentar sua capacidade de atuação governativa, analisadas a seguir.

- O esforço de membros de entidades da sociedade civil, das prefeituras e do Estado para trabalhar *como* cada interesse identifica os *modos de apropriação* da água (acesso) e repartição de recursos. Trata-se de chegar a uma unidade de gestão das águas na região metropolitana. Poucos participantes dos comitês sabem como se dá a apropriação dos recursos hídricos pelos seus respectivos segmentos. Uma das conclusões da nossa pesquisa refere-se à necessidade de capacitar representantes e dirigentes de entidades civis e prefeituras no tocante ao desenvolvimento de modos alternativos de apropriação dos recursos hídricos na bacia.
- A segunda dimensão diz respeito ao funcionamento do processo de tomada de decisão. Grupos e indivíduos interagem no processo de decisão



Trânsito na 23 de Maio, uma das avenidas mais movimentadas de São Paulo.

sobre aspectos que influirão na gestão de recursos renováveis? Como poderão obter daí melhores parcelas ou decisões? Grande parcela dos representantes de entidades civis e das prefeituras cansa-se facilmente diante do excesso de reuniões, procedimentos, discussões e manobras necessárias (ou não) para conduzir as posições em conflito e chegar a certas posições. Em geral, as partes mais fortes tentam vencer pelo cansaço. Os comitês serão efetivamente canais de coordenação e de definição de agenda política sobre as águas quando cada segmento (prefeituras, sociedade civil e governo estadual) tiver suas posições expostas e dúvidas dirimidas, o que facilita a explicitação de conflitos e agiliza a possibilidade de decisões.

- A terceira dimensão diz respeito à simulação dos modos de apropriação e de tomada de decisão (é o estágio avançado do processo de gestão sob o qual as partes envolvidas chegam a arranjos transitórios ou simulados, com base em modelização e outros, acerca dos modos de coordenação entre si na exploração de um recurso renovável). Planos de bacia ou de proteção ambiental são uma simulação dos modos de apropriação e de tomada de decisão capazes de gerar arranjos provisórios. Assemelham-se a uma carta de navegação para os atores envolvidos buscarem definir princípios e diretrizes sobre gestão compartilhada de mananciais metropolitanos (rompendo o modelo autocrático dos anos de 1970). Dada a assimetria de poder entre as prefeituras e o governo, poucas secretarias municipais têm possibilidade de desenvolver seus próprios planos de proteção ambiental, ficando à mercê de definições dos grupos técnicos estaduais. Nenhum plano de bacia poderá ser bem recebido pelos municípios e sociedades locais nas sub-bacias se não prever a distribuição dos recursos financeiros do fundo público de águas (Fehidro) destinados a desenvolver a capacidade de governo local e legislação específica municipal para saneamento ambiental, urbanização de favelas e habitação.

Referências Bibliográficas

- AB'SABER, A. N. e PLANTENBERG, C. (1996). *Previsão de impactos*. São Paulo, Edusp.
- ALVES, A. C. (1998). *Saneamento básico (concessões, permissões e convênios públicos)*. Bauru, Edipro.
- BARTH, F. T. *et alli*. (1987). *Modelos para gerenciamento de recursos hídricos*. São Paulo, Nobel/ABRH.
- CESAR NETO, J. C. (1988). *Política de recursos hídricos – instrumento de mudança*. São Paulo, Pioneira.
- CHESNAIS, F. (1994). *La mondialisation du capital*. Paris, Syros.
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (2000) – “Economia, uso racional e reuso da água”. São Paulo, CBHAT, Documenta 5.

- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (2000) – “Urbanização e inundações”. São Paulo, CBHAT.
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (1999) – “Relatório da situação de recursos hídricos”. São Paulo, CBHAT, nov.
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (1998) – “Qualidade das águas na bacia do Alto Tietê: situação atual e perspectivas”. São Paulo: CBHAT, Documenta 3, workshop, nov.
- DEAN, W. (1996). *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- JONAS, H. (1995). *Le principe responsabilité. Une éthique pour la civilisation technologique*. Trad. do alemão: Jean Greisch. Paris, Cerf.
- KOWARICK, L. “Produção do espaço urbano e lutas sociais”. In: KOWARICK, Lucio. *Escritos Urbanos*. São Paulo, v. 34.
- LANNA, A. E. L. (1995). *Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos*. Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.
- NEDER, R. T. (2000). *Avaliação da capacidade governativa do Comitê de Bacia Hidrográfica Metropolitana (um caso exemplar em São Paulo)*. Documento de pesquisa. Piracicaba, USP/ESALQ. Programa Políticas Públicas, Fapesp, Fase.1
- REBOUÇAS, A., BRAGA, B. e TUNDISI, J. G. (1999). *Águas doces no Brasil*. São Paulo. IEA-Edusp-Escrituras.
- ROCHA, G. A. (1997). *O sistema de gestão das águas em São Paulo*. São Paulo, Programa Guarapiranga/Universidade de Campinas – UGP/Inst. Economia. Série Textos Didáticos (I) . Curso Extensão Gestão Pública “Políticas Integradas de Gestão Aplicadas a Bacias Hidrográficas”,
- REYDON, B. P. (1997). “A interseção dos mercados de terras rurais e urbanos: uma proposta para a compreensão da dinâmica econômica da bacia da Guarapiranga”. São Paulo, Programa Guarapiranga/Universidade de Campinas – UGP/Inst. Economia. Série Textos Didáticos (I). Curso Extensão Gestão Pública “Políticas Integradas de Gestão Aplicadas a Bacias Hidrográficas”.
- RUTKOWSKI, E. (1999). “Bacia hidrográfica e bacia ambiental”. São Paulo, Caderno especial Sabesp (brochura).
- SACHS, I. (1986). *Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice.
- SANTOS, M. (1993). *A urbanização brasileira*, São Paulo, Hucitec.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel-Fapesp-Lincoln Institute.
- _____ “Experiência nacional e internacional de gestão integrada”. (1991). In: *Gestão integrada dos recursos ambientais, hídricos e sanitários*. São Paulo, Fundap/Seminário técnico, jan. pp. 43-61.

Ricardo Toledo Neder é sociólogo doutor (USP, 1994), pesquisador associado ao Laboratório de Silvicultura Tropical (ESALQ-USP), onde coordena o projeto Capacitação de Representantes da Sociedade Civil e Prefeituras no Comitê da Bacia do Alto Tietê. É autor de *Crise socioambiental, Estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)* (São Paulo, Annablume, 2002).